

CESBE S.A. ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS

CNPJ/MF 76.487.222/0001-42 | NIRE Nº 413000887-6

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2023. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 02 de maio de 2023, em segunda chamada, às 11:00 horas, na sede social da Companhia localizada na Rua João Negrão, 2226, Rebouças, Município de Curitiba, Estado do Paraná. PRESENÇA: Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127, da Lei 6.404/76, constatando-se a presença de mais de 99% das ações com direito a voto. CONVOCAÇÃO: O Edital de Convocação, conforme o artigo 124 da Lei 6.404/76, foi publicado no Jornal Indústria e Comércio, nas edições dos dias 24, 25 e 26 de abril de 2023. MESA: Assumiu a Presidência dos trabalhos a Sra. Jacqueline Iwersen de Loyola e Silva, e o Sr. Angelo Augusto Alves Filho, como Secretário. ORDEM DO DIA: a) Eleição do Diretor de Operações. DELIBERAÇÕES UNÂNIMES: Foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade dos acionistas presentes: a) Eleger o Sr. **ADRIANO GONÇALVES MACEDO**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade n.º 1.993.928-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n.º 153.791.428-69, com domicílio na Rua João Negrão, 2226, Município de Curitiba, Paraná, para o cargo de **Diretor de Operações**, para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito, conforme previsto no Art. 8º do Estatuto Social da Companhia. O Diretor ora eleito aceita sua nomeação e toma posse com efeitos a partir de 20 de março de 2023, conforme termo de posse lavrado em livro próprio da Companhia, declarando neste ato ter conhecimento do Art. 147 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e, conseqüentemente não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer as atividades para as quais fora eleito; a.1) Em decorrência da deliberação constante na alínea "a", consignar que a Diretoria da Companhia passará a ser composta por: **Jacqueline Iwersen de Loyola e Silva**, como Diretora Presidente; **Andre Luis Amaral Sardinha**, como Diretor de Desenvolvimento de Negócios; **Adriano Gonçalves Macedo**, como Diretor de Operações; e **Erik Alexander Jenichen**, como Diretor Financeiro. ENCERRAMENTO, LAVRATURA E LEITURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual foi lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Curitiba, 02 de maio de 2023. (as.) Jacqueline Iwersen de Loyola e Silva, presidente; Angelo Augusto Alves Filho, secretário. Registrada na Junta Comercial do Paraná em 24/05/2023 sob nº 20233500570.

PESA RENTAL LOCAÇÕES S.A.

CNPJ: 19.266.802/0001-76 NIRE 41300088233

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE MAIO DE 2023

DATA, LOCAL E HORA: Em 17 de maio de 2023, às 10 horas, na Rua Pasteur, 463, 13º andar, conjunto 1301, Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP 80.250-104. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista o comparecimento das acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social. **PRESENCAS:** Presença das acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social, conforme verificado no Livro de Presenças de Acionistas. Ainda, na qualidade da Companhia de secretário da mesa, Sr. **Maurílio Müller**. **MESA:** Presidente: Francisco Coraiola Borio; Secretário: Maurílio Müller. **ORDEM DO DIA:** Retificar o valor e quantidade de Notas Comerciais Escriturais a serem emitidas pela Companhia e que serão subscritas e integralizadas pelo Banco Votorantim S.A, CNPJ nº 59.588.111/0001-03. **DELIBERAÇÕES POR UNANIMIDADE:** Tratando-se do único item da pauta, considerando que houve um equívoco no valor e quantidade de Notas Comerciais Escriturais a serem emitidas pela Companhia, as acionistas aprovam a retificação da ata de assembleia geral extraordinária de 16 de maio de 2023, registrada sob o n. 20233349936. Assim, no item valor total, onde constava "R\$ 7.218.200,00 (sete milhões e duzentos e dezoito mil e duzentos reais)", leia-se "R\$ 6.544.200,00 (seis milhões e quinhentos e quarenta e quatro mil e duzentos reais)"; e onde constava o número de Notas Comerciais Escriturais a serem emitidas "72.182 setenta e duas mil cento e oitenta e dois)", leia-se "65.442 (sessenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e dois)", além da inclusão da qualificação do Banco Votorantim S.A. Para fins de informação, segue o texto consolidado aprovado: "As acionistas aprovam, por unanimidade, a 2ª (segunda) emissão pela Pesa Rental Locações S.A. ("Emissora") de Notas Comerciais Escriturais, objeto de colocação privada, a serem subscritas e integralizadas pelo Banco Votorantim S.A, com sede na Avenida das Nações Unidas, 14171, Torre A, 18º Andar, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, no valor total de R\$ 6.544.200,00 (seis milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil e duzentos reais) ("Notas Comerciais" e "Emissão"). Serão emitidas 65.442 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e duas) Notas Comerciais, com o valor nominal unitário de R\$ 100,00 (cem reais) cada. As Notas Comerciais vencerão em até 48 (quarenta e oito) meses, contados da data da respectiva data de Emissão. A Emissão das Notas Comerciais será realizada em série única e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As demais condições da Emissão que não foram expressamente elencadas na ata serão estabelecidas na Escritura." Ficam os membros da Diretoria e demais representantes da Companhia autorizados a negociar os demais termos e condições para a Emissão das Notas Comerciais, incluindo, mas não se limitando: (a) a assinatura e de quaisquer documentos, aditivos, rerratificações ou contratos que lhes sejam relacionados ou se façam necessários, ratificando todos os atos já praticados pela Diretoria nesse sentido necessários para a Emissão; (b) toda e qualquer medida necessária para a implementação e formalização das deliberações aprovadas na presente assembleia geral extraordinária; e (c) toda e qualquer medida necessária para a implementação e formalização da Emissão. Ainda, ficam os membros da Diretoria autorizados a praticarem todos os atos ainda necessários para a execução da operações Emissão das Notas Comerciais Escriturais. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e encerradas as matérias constantes da ordem do dia, o Senhor Presidente declarou suspensos os trabalhos da Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, lida em voz alta e achada exata e conforme, depois de reaberta a sessão, foi assinada por mim, Maurílio Müller e Secretário da Assembleia, pelo Senhor Presidente, certificando as acionistas presentes. A presente é cópia fiel do Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia.

Mesa:

FRANCISCO CORAIOLA BORIO
Presidente da Reunião**MAURILIO MULLER**
Secretário**IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)**

CPF/CNPJ Nome

02225899908 Maurílio Muller

03002979988 Francisco Coraiola Borio

Registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20233417036 em 23/05/2023.

Faça suas publicações legais no DI&C.

A transparência é total
e a cobertura é perfeita.

As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 26/05/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2BEC-4941-E725-A117> ou vá até o site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2BEC-4941-E725-A117



Hash do Documento

311592A1B4F7828833FECFD91928943331717DE6C7C1DE9FFC13910F17B7351F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/05/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 26/05/2023 09:14 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30



AGROPESP - AGROPECUÁRIA SÃO PAULO S.A. CNPJ: 04.965.968/0001-03

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO (em reais)
ATIVO CIRCULANTE
Caixa e Equivalentes de Caixa
Contas a Receber
Impostos a Recuperar
Despesas Antecipadas
Valores em garantia
Outras Contas a Receber
Total do Ativo Circulante
ATIVO NÃO CIRCULANTE
Realizável a Longo Prazo
Depósitos Judiciais
Impostos a Recuperar
Total do Realizável a Longo Prazo
Investimentos
Imobilizado
Total do Ativo Não Circulante
TOTAL DO ATIVO

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Mutações do patrimônio líquido dos exercícios encerrados em 2021 (em reais)
Capital Social
Reserva de Capital
Reserva de Reavaliação
Reserva Legal
Reserva de Retenção de Lucros
Lucros Acumulados
Patrimônio Líquido Total

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021. (Em reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS
A companhia tem como atividade preponderante, a extratividade agrícola, pecuária, a industrialização e comércio de tais produtos, as pesquisas, colonização, o comércio interno, arrendamento de terras, bem como o plantio e cultivo de sementes e mudas.
NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CPC nº 1.255/09, bem como, da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09.
NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1 Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes
Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são realizados, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização e as aplicações financeiras reconhecem os rendimentos "pro rata temporis".
3.2 Imobilizado
O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 e reavaliações de ativos. Os bens são depreciados pelo método linear, a taxas consideradas normais, estabelecidas em função da vida útil e econômica dos bens.
3.2.1 Imobilizado - Valor Recuperável de Ativos
Caso exista evidência clara de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas.
3.3 Estimativas contábeis
A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.
3.4 Compensação Entre Contas
Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.
3.5 Empréstimos e financiamentos
Estão demonstrados pelos seus valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros, que incluem juros, atualizações monetárias ou cambiais incorridas.
3.6 Vendas com preço a fixar - Soja
As operações de vendas com preços a fixar estão registradas nas receitas pelo valor das notas fiscais de venda, sem ajuste a valor de mercado, sendo o custo dos produtos vendidos provisionados pelo mesmo valor da venda.
3.7 Arrendamento de terras rurais - Arrendador
A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.
3.8 Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência para apropriação de receitas, custos e/ou despesas correspondentes.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
2022 2021
Bancos 1.166 7.793
Aplicações Financeiras (a) 15.694.935 7.793
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa 15.696.101 7.793

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
SÃO PAULO S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Demonstração do resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro (em reais)
RESULTADO DO EXERCÍCIO
RECEITA LÍQUIDA
Custos das mercadorias vendidas
LUCRO OPERACIONAL BRUTO
Receitas (Despesas) Operacionais
Despesas Administrativas
Depreciação e amortização
Despesas Tributárias
Outras Receitas (Despesas)
Total das Receitas (Despesas) Operacionais
Resultado Antes do Resultado Financeiro
Despesas Financeiras
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro
Imposto de Renda
Contribuição Social
Resultado do Exercício
Atribuído a:
Valor por lote de 1000 ações

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração dos resultados abrangentes em 31 de dezembro (Em Reais)
Resultado do Exercício
Resultado Abrangente Total do Exercício

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Valor Líquido
Aquisições
Baixas
Transferências
Depreciação
Baixas de
Depreciação
Saldo Final
Em 31 de dezembro de 2022
Custo
Acumulada
Valor Líquido

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTA 10 - FORNECEDORES
2022 2021
Fornecedores Nacionais 73.229 35.107
Total de Fornecedores 73.229 35.107

NOTA 11 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS
2022 2021
Honorários a pagar 39.783 46.220
Salários a pagar 2.353 1.920
INSS a Recupelar 18.030 16.546
FGTS 760 251
Provisão de Férias 6.960 4.384
Rescisões a pagar 280 280
Total de Obrigações Sociais 68.166 69.601

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
2022 2021
Circulante
Provisão para Imposto de Renda 449.476 50.995
Provisão para Contribuição Social 274.563 45.895
IRRF s/Folha de Pagamento 27.556 25.359
IRRF s/Prestação de Serviços 350 135
PIS Retido na Fonte 152 59
COFINS Retido na Fonte 701 270
CSLL Retido na Fonte 233 90
Parcelamento Simplificado 7.792 8.499
Total Circulante 760.823 131.302
Não Circulante
Parcelamento Simplificado - 7.083
Total Não Circulante - 7.083
Total das obrigações sociais 760.823 138.385

NOTA 13 - OUTROS CRÉDITOS
2022 2021
Dividendos a pagar 339.858 677.018
Total de Outros Créditos 339.858 677.018

NOTA 14 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS 14.1 Contingências Prováveis
2022 2021
Contingências Cíveis 19.164.616 76.736
Total de Provisão de Contingências 19.164.616 76.736

NOTA 15 - EMPRESAS COLIGADAS
2022 2021
Madrreira Thomasi S.A. 5.243 196.069
Total de Empresas Coligadas 5.243 196.069

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2022 2021
Venda de Soja 19.767.385 2.899.587
Arrendamento Rural 2.386.440 1.619.580
Receita Operacional Bruta 22.153.825 4.519.167
(-) Impostos s/ Vendas (88.601) (59.115)
Receita com Vendas e Serviços 22.065.224 4.460.052

NOTA 18 - DESPESAS (RECEITAS) FINANCEIRAS
2022 2021
Receitas Financeiras
Rendimentos de Aplicações Financeiras - 4.753
Descontos Obrigados 43 4
Variação Monetária 2.926.040 -
Total das Receitas Financeiras 2.926.083 4.757
Despesas Financeiras
Multas e Juros (3.097) (4.127)
Despesas bancárias (3.115) (2.629)
IRRF s/ Aplicação Financeira - (1.068)
IOF (60.560) -
Outras despesas financeiras (134.857) (910)
Total das (Despesas) Financeiras (201.629) (8.734)
Resultado Financeiro Líquido 2.724.454 (3.977)

adocação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia.
Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nosso relatório, se as divulgações forem inadequadas.
Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville (SC), 24 de abril de 2023.
SIMONE MATHIAS LEITE
Contadora CRC (RS) nº 053.378/T-SC
CNAI 3252
SAPPIA AUDITORES E CONSULTORES
CRC (SC) nº 8.745/O-1
CVM nº 12.106

Faça suas publicações legais no DI&C.
A transparência é total e a cobertura é perfeita.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/05/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioindus.com.br/Publicacoes_Legais



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/614D-574C-5FC2-DC49> ou vá até o site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 614D-574C-5FC2-DC49



Hash do Documento

9AAA840F8290F14ACEDB78370E8360F90C6406B100D85316F4B336AF4032155B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/05/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 26/05/2023 09:14 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30



AGRO FLORESTAL SÃO CAETANO S.A. CNPJ: 75.713.081/0001-76

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em 2022, a empresa Agro Florestal São Caetano S/A manteve a operação florestal alinhada com a demanda e os valores praticados pelo mercado, respeitando o pilar principal da gestão florestal, de garantir a sustentabilidade do ativo, segundo sua capacidade de produção conforme demanda da indústria parceira. A Agro Florestal São Caetano S/A manteve em conformidade a parceria com a empresa Madeireira Thomasi S.A., mediante a gestão racional dos seus ativos biológicos, adotando práticas de gestão e controles via plano estratégico plurianual de operação, considerando o orçamento anual de despesas e investimentos. Ao se tratar do mercado de venda de toras de pinus, a Agro Florestal São Caetano S/A foi favorecida, durante o ano de 2022, pela estabilidade em alto nível do valor R\$/ton em pé das toras durante o período, sendo movimentadas 7.121ton, respeitando o contrato de parceria firmado com a Madeireira Thomasi S.A. Quanto ao ativo florestal em questão, foram implantados 112 novos hectares de mudas de Pinus, conforme demonstrado no laudo de avaliação de Ativos Biológicos. Foi utilizado do melhor material genético disponível no mercado, e gestão in loco sobre os tratos silviculturais pertinentes, visando a alcançar IMA (Incremento Médio Anual) de 45m³/hectare/ano. Deu-se continuidade ao plano de manutenção dos plantios com idade <= 4 anos, com as devidas intervenções silviculturais necessárias, visando a garantir o incremento desejado para a floresta, em linha com o objetivo de gerar florestas de múltiplos produtos, de alto valor agregado, seja para abastecimento da empresa parceira ou geração de renda junto ao mercado consumidor. Além das atividades técnicas de implantação, manutenção e comercialização de madeiras, foram executadas as atividades correlatas, como: Gestão e controles administrativos e operacionais, conservação do patrimônio por meio de vigilância de fazenda, bem como a atenção das questões fundiárias das propriedades, como manutenção dos impostos (ITR) e acompanhamento das ações judiciais. Ainda falando em gestão interna, o sistema de gestão florestal Kersys está 90% entregue, avanço que contribui significativamente para a perenidade da gestão dos ativos florestais da empresa. Conforme se verifica no laudo do ativo biológico de 2022, a Agro Florestal São Caetano S.A. obteve valorização na ordem de 30% no seu ativo florestal em razão da valorização das toras e do aumento dos custos de formação florestal. AGRADECIMENTOS Desejamos expressar nossos agradecimentos a todos os funcionários e colaboradores, cuja dedicação tem sido de inestimável valor para o sucesso e continuidade da empresa. Agradecemos também aos clientes, fornecedores e a todos que de alguma forma contribuíram para o nosso desenvolvimento.

Maria Verônica Longo - Diretora

Balço Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro (em reais)

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	854	4.234	Fornecedores	9	12.839	-
Impostos a Recuperar	5	1.841	1.841	Obrigações Sociais	10	31.743	28.712
Total do Ativo Circulante		2.695	6.075	Obrigações Tributárias	11	64.093	25.682
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Outras Obrigações	12	669.895	15.314
Realizável a Longo Prazo				Total do Passivo Circulante		778.570	69.708
Depósitos Judiciais		85	85	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Partes Relacionadas	6	10.090.615	9.243.972	Partes Relacionadas	13	340.250	340.250
Total do Realizável a Longo Prazo		10.090.700	9.244.057	Impostos Diferidos	13	9.569.969	8.490.471
Imobilizado	7	18.681.530	18.681.530	Obrigações Tributárias	11	41.070	52.029
Ativo Biológico	8	9.809.457	6.634.460	Total do Passivo Não Circulante		9.951.289	8.882.750
Total do Ativo Não Circulante		38.581.687	34.560.047	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
TOTAL DO ATIVO		38.581.687	34.560.047	Capital Social	14	7.441.050	1.328.759
				Reserva de Capital			
				Reservas de Lucros			
				Ajustes de Avaliação Patrimonial			
				Total do Patrimônio Líquido		27.854.523	25.613.664
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		38.581.687	34.560.122

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Mutações do patrimônio líquido dos exercícios encerrados em 31 de dezembro (em reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros			Estatutária de Ativos Biológicos	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros	Reserva de Lucros a Realizar				
Em 31 de dezembro de 2020	1.328.759	1	265.751	6.649.494	-	3.355.905	12.229.876	23.809.706	1.803.878
Resultado do Exercício									
Ajuste ao Valor Justo dos Ativos Biológicos									1.803.878
Impostos Diferidos sobre Ajuste ao Valor Justo									(1.393.808)
Realização dos Ativos Biológicos									(473.895)
Realização dos Impostos Diferidos do Ativo Imobilizado									(6.350)
Destinação do Resultado para Reserva									2.158
Em 31 de dezembro de 2021	1.328.759	1	265.751	7.537.651	-	4.251.626	12.229.876	25.613.664	(888.152)
Resultado do Exercício									2.907.218
Aumento de Capital		6.112.291	(1)	(5.207)	(6.107.083)				
Ajuste ao Valor Justo dos Ativos Biológicos									4.095.086
Impostos Diferidos sobre Ajuste ao Valor Justo									(1.393.239)
Realização dos Ativos Biológicos									(920.089)
Realização dos Impostos Diferidos do Ativo Imobilizado									312.830
Destinações Propostas									
Constituição de Reserva Legal				145.361					(145.361)
Divisão Mínima Obrigatória									(666.359)
Destinação para Reserva									(666.359)
Em 31 de dezembro de 2022	7.441.050	-	405.905	1.406.463	24.105	6.347.124	12.229.876	27.854.523	(666.359)

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMACÕES GERAIS A Agro Florestal São Caetano S/A, se dedica a extração de madeira em floresta plantada e floresta nativa e a agricultura de cereais e leguminosas, e pecuária de cria, de corte e leiteira, o plantio de florestas. O regime de tributação da Companhia é Lucro Presumido. **NOTA 2 – BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como, da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia. **NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** **3.1 Ativos e Passivos circulantes e não circulantes** Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização e as aplicações financeiras reconhecem os rendimentos "pro rata temporis". Os passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável, incluem os encargos incorridos. **3.2 Imobilizado** Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico, que inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definido com base na avaliação de vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. **3.3 Imobilizado - Valor Recuperável de Ativos** Caso exista evidência clara de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a perda deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas. Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofrerem perdas por "impairment" em observância ao CPC nº 1 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo. **3.2 Imobilizado - custo atribuído (deduzido cost)** Na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos, a Companhia pode optar por efetuar uma atribuição de custos (deduzido cost) a determinadas classes de ativos imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos aos ativos imobilizados alocados na classe de terras florestais (única classe existente de ativos imobilizados), de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos, visto que o custo histórico registrado para estes ativos anteriormente estava defasado de seu valor justo de realização destes ativos. **3.3 Ativos biológicos** Os ativos biológicos da Companhia, representados por seus florestas, anteriormente classificados dentro do ativo imobilizado, foram alocados para o grupo específico no ativo não circulante, denominado "ativos biológicos", além de passarem a ser reconhecidos por seu valor justo, líquido dos custos para venda, ao invés de somente ao custo histórico conforme prática contábil anterior. Os efeitos da adoção do reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como uma "reserva de ativos biológicos", com transferência para lucros acumulados após sua efetiva realização financeira, a ser efetuada via exaustão. Adicionalmente, o valor justo corresponde a uma diferença temporária com o registro dos impostos diferidos cabíveis. Os ativos biológicos correspondem a florestas de Pinus e Eucalyptus. Foi calculado o valor justo dos estoques de árvores em pé de Pinus taeda, Pinus elliotti e Eucalyptus dunii pertencentes a empreendimento florestais, implantados nos imóveis rurais de propriedade da Companhia. A avaliação dos ativos biológicos é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado no período em que ocorrer, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "variação do valor justo dos ativos biológicos". O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos necessários, visando a garantir o incremento desejado para a floresta, em linha com o objetivo de gerar florestas de múltiplos produtos, de alto valor agregado, seja para abastecimento da empresa parceira ou geração de renda junto ao mercado consumidor. Além das atividades técnicas de implantação, manutenção e comercialização de madeiras, foram executadas as atividades correlatas, como: Gestão e controles administrativos e operacionais, conservação do patrimônio por meio de vigilância de fazenda, bem como a atenção das questões fundiárias das propriedades, como manutenção dos impostos (ITR) e acompanhamento das ações judiciais. Ainda falando em gestão interna, o sistema de gestão florestal Kersys está 90% entregue, avanço que contribui significativamente para a perenidade da gestão dos ativos florestais da empresa. Conforme se verifica no laudo do ativo biológico de 2022, a Agro Florestal São Caetano S.A. obteve valorização na ordem de 30% no seu ativo florestal em razão da valorização das toras e do aumento dos custos de formação florestal. AGRADECIMENTOS Desejamos expressar nossos agradecimentos a todos os funcionários e colaboradores, cuja dedicação tem sido de inestimável valor para o sucesso e continuidade da empresa. Agradecemos também aos clientes, fornecedores e a todos que de alguma forma contribuíram para o nosso desenvolvimento.

NOTA 4 – CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Bancos	854	4.734
Total de Caixas e Equivalentes de Caixa	854	4.734

Demonstração do Resultado dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro (em reais)

	Nota	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	15	1.460.945	1.284.220
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS		4.095.086	1.393.808
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos		(920.089)	(9.468)
Exaustão		4.635.942	2.668.560
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		(554.451)	(333.555)
Receitas (Despesas) Operacionais		(554.451)	(333.555)
Despesas Administrativas		(32.990)	(28.175)
Despesas Tributárias		(6.911)	(8.807)
Outras Receitas/(Despesas)		(594.352)	(370.537)
Total das Receitas (Despesas) Operacionais		4.041.590	2.298.023
Resultado Antes do Resultado Financeiro		16	16
Receitas Financeiras		5.356	(8.222)
Despesas Financeiras		(4.033.268)	2.293.965
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		(46.651)	(18.350)
IRPJ/CSLL		(1.079.499)	(471.737)
IRPJ/CSLL Diferidos		2.907.218	1.803.878
Resultado do Exercício		2.907.218	1.803.878
Valor por lote de 1000 ações		2,19	1,36

Demonstração dos resultados abrangentes em 31 de dezembro (Em Reais)

	2022	2021
Resultado do Exercício	2.907.218	1.803.878
Outros resultados Abrangentes nas Controladas		
Resultado Abrangente Total do Exercício	2.907.218	1.803.878

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTA 5 – IMPOSTOS A RECUPERAR

	2022	2021
ICMS a Recuperar	1.841	1.841
Impostos a Recuperar	1.841	1.841

NOTA 6 – PARTES RELACIONADAS ATIVO

	2022	2021
Madreireira Thomasi S.A.	9.966.790	9.120.147
Mútuos com Pessoas Ligadas	123.825	123.825
Total de Partes Relacionadas	10.090.615	9.243.972

A Companhia possui um contrato de operação de operação comercial com a companhia ligada Madeireira Thomasi S.A., referente às operações de venda de madeiras em pé para a companhia ligada. Os valores serão recebidos de forma parcelada, sem atualização ou encargos financeiros, conforme contrato que tem vencimento para janeiro de 2028. **NOTA 7 – IMOBILIZADO**

	2022	2021
Terrenos	18.681.530	18.681.530
Total	18.681.530	18.681.530
Custo	18.681.530	18.681.530
Em 31 de dezembro de 2021	18.681.530	18.681.530
Custo	18.681.530	18.681.530
Em 31 de dezembro de 2022	18.681.530	18.681.530
A Companhia reconheceu baseada no laudo emitido um ajuste no ativo imobilizado de R\$ 18.530.115, em contrapartida o mesmo valor no Patrimônio Líquido em Ajuste Avaliação Patrimonial. Na mesma oportunidade reconheceu os impostos diferidos no passivo não circulante no valor de R\$ 6.300.239 à contrapartida foi reduzida do Patrimônio Líquido em Ajuste Avaliação Patrimonial, em decorrência da adoção inicial do custo atribuído. Os terrenos foram avaliados de acordo com o método comparativo de mercado, conforme prezada a norma NBR ABNT 14.653-3.		
Custo Atribuído	18.530.115	18.530.115
Terrenos Rurais	18.530.115	18.530.115
Total Base de Cálculo Custo Atribuído	18.530.115	18.530.115
IRPJ (25%)	(4.632.529)	(4.632.529)
CSLL (9%)	(1.667.710)	(1.667.710)
Valor Ajuste de Avaliação Patrimonial	12.229.876	12.229.876

NOTA 8 – ATIVO BIOLÓGICO Os saldos dos ativos biológicos da Companhia são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo, seja registrado a valor justo, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda.

	2022	2021
Exaustão	192.603	192.603
Diferencial do Valor Justo	9.616.854	6.441.857
Total Ativo Biológico	9.809.457	6.634.460
2022	2021	
Saldo Anterior	6.634.460	5.250.121
Exaustão	(920.089)	(9.469)
Diferencial do Valor Justo	4.095.086	1.393.808
Total Ativo Biológico	9.809.457	6.634.460

8.1 Resultado da avaliação dos ativos biológicos na adoção inicial - No exercício de 2016 foi contratada empresa especializada para emissão dos laudos de avaliação a valor justo dos ativos biológicos na adoção inicial, sendo os laudos aprovados pela Assembleia de Acionistas. Como resultado da avaliação realizada pela empresa especializada, abaixo apresentamos os ativos biológicos a valor justo, apurado na "adoção inicial", considerando a proporção de 40% correspondente aos ativos biológicos pertencentes a Agro Florestal São Caetano S.A.

	2022	2021
Avaliação à Valor Justo	9.616.853	6.441.857
Ativo Biológico Eucalpto/ Pinus	9.616.853	6.441.857
Total Base de Cálculo Avaliação Valor Justo	(2.404.213)	(1.610.464)
IRPJ (25%)	(865.517)	(579.767)
CSLL (9%)	6.347.123	4.251.626

NOTA 9 – FORNECEDORES

	2022	2021
Fornecedores Nacionais	12.839	12.839
Total de Fornecedores	12.839	12.839

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2022	2021
Honorário da Diretoria	21.065	22.642
INSS a Recolher	5.908	5.985
INSS Rural a Recolher	3.843	
FGTS a Recolher	218	
Provisão p/ Férias	724	
Rescisões Contratuais a Pagar	85	85
Total de Obrigações Sociais	31.743	28.712

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2022	2021
Circulante		
Pis a Recolher	4.145	154
Confins a Recolher	19.131	711
Contribuição Social a Recolher	8.052	937
Provisão p/Imposto de Renda	8.947	1.042
I.R.R.F. s/Honorários da Diretoria	7.842	8.168

PARECER CONSELHO FISCAL EXERCÍCIO 2022

O Conselho Fiscal da Agro Florestal São Caetano S.A., no desempenho de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social encerrado em 31/12/2022, e com base nos exames efetuados e considerando os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, pelos auditores independentes e com base no relatório da Sappia Auditores e Consultores sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, datado de 24/04/2023, opina que os referidos documentos estão em condições de serem examinados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária. União da Vitória, 26 de abril de 2023. **Nívia Maria Kölling Kamchen** - Conselheira - **Sérgio Paulo Stahn** - Conselheiro - **Gerson Luis Calliari** - Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

ção e da governança pelas demonstrações financeiras A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. **•** Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nosso relatório, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Joinville (SC), 24 de abril de 2023.

SIMONE MATHIAS LEITE SAPPÍA AUDITORES E CONSULTORES
Contadora CRC (RS) nº 053.378/T-SC
CNAI 3252
CRC (SC) nº 8.745/O-1
CVM nº 12.106

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/05/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FD3B-FCB1-6C00-FA7D> ou vá até o site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FD3B-FCB1-6C00-FA7D



Hash do Documento

9DCB2EB0D0E722EAF21BE0DB777E292A40E21446F94F82BC4EE6F02F0E2DC914

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/05/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 26/05/2023 09:14 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30



10.2 Perdas pela recuperabilidade de imobilizado – (Impairment) A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2022 com base em análise realizada. **NOTA 11 – INTANGÍVEL - CONTROLADORA E CONSOLIDADO**

	Software	Total
Taxas de Depreciação	20%	
Custo	129.749	129.749
Amortização Acumulada	(112.801)	(112.801)
Em 31 de dezembro de 2020	16.948	16.948
Adições	25.152	25.152
Amortização	(4.302)	(4.302)
Saldo Final	37.798	37.798
Custo	154.901	154.901
Amortização Acumulada	(117.103)	(117.103)
Em 31 de dezembro de 2021	37.798	37.798
Adições	67.761	67.761
Amortização	(10.352)	(10.352)
Saldo Final	95.207	95.207
Custo	222.662	222.662
Amortização Acumulada	(127.455)	(127.455)
Em 31 de Dezembro de 2022	95.207	95.207

NOTA 12 – ATIVO BIOLÓGICO - CONTROLADORA

	2022	2021
Custo de formação dos Ativos Biológicos	3.097.533	2.193.176
Diferencial do Valor Justo	23.337.481	18.502.492
Total Ativo Biológico	26.435.014	20.695.668
Movimentação do período	2022	2021
Saldo Anterior	20.695.668	17.917.129
Perdas	(25.793)	(39.912)
Plantio/ Manutenção	930.150	1.033.299
Extinção	(7.381.264)	(1.044.488)
Variação de valor justo	12.216.253	2.829.640
Total Ativo Biológico	26.435.014	20.695.668

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de Pinus e Eucalyptus. A Companhia possui reflorestamentos implantados em suas terras e de terceiros, onde com terceiros foram firmados contratos de arrendamento de terras e parceria agrária, tendo como objetivo o cultivo de árvores para posterior colheita. Os contratos de arrendamento firmados entre o Arrendador, Agro Florestal São Caetano, Antônio Roque Thomasi e Alfredo Thomasi e a Arrendatária, Madeireira Thomasi S/A, estabelecem que o resultado da produção conjunta de madeiras será dividido entre as empresas na proporção de 40% para o Arrendador e 60% para o Arrendatário. O arrendamento da Fazenda São Caetano, remunera o proprietário da terra com 30% da produção dos reflorestamentos. Os contratos foram firmados em 2007 e terão vigência até 30/12/2023. O contrato de arrendamento firmado na Fazenda Bertolino, entre a proprietária Madeireira Thomasi e os arrendatários, Guilherme Damiani Ranssolin, Leandro Damiani Ranssolin, Leonardo Damiani Ranssolin, filia estabelecido que o resultado da produção conjunta de madeiras será dividido entre as empresas na proporção de 50% (cinquenta por cento) para o Arrendador e 50% (cinquenta por cento) para o Arrendatário. O contrato foi firmado em 2019 e tem vigência até 2049, 2 ciclos florestais de 15 anos. A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. **12.1 Resultado da avaliação dos ativos biológicos na adoção inicial** Foi contratada empresa especializada para emissão dos laudos de avaliação a valor justo dos ativos biológicos na adoção inicial no exercício de 2016. Como resultado da avaliação realizada pela empresa especializada, abaixo apresentamos os ativos biológicos a valor justo, apurado na "adoção inicial", considerando a proporção estabelecida nos contratos de arrendamento para os ativos biológicos implantados em terras de terceiros e para aqueles implantados em suas próprias terras. **CONTROLADORA**

	2022	2021
Valor Justo Ativo Biológico Pinus/ Eucalypto	23.337.481	18.502.492
Total Base de Cálculo Avaliação Valor Justo	23.337.481	18.502.492
IRPJ (25%)	(5.834.371)	(4.625.623)
CSLL (9%)	(2.100.373)	(1.665.224)
Valor Reserva de Ativos Biológicos	15.402.737	12.211.645

12.2 Produção em terras de terceiros A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Estes contratos possuem validade até 30 de dezembro de 2023. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros representa 93,4% da área total com ativos biológicos da Companhia. **12.3 Premissas para reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos – Adoção Inicial e revisões posteriores** a) O valor justo dos ativos biológicos foi determinado a preço de mercado, levando em consideração os dados de inventário florestal e a prognose calculada através dos sistemas SISPINUS e SISEUCALYPTUS, desenvolvido pela EMBRAPA; b) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos compreende a projeção dos fluxos de caixa futuro de acordo com o ciclo de desenvolvimento projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos; c) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a taxa de juros praticada no mercado nacional; d) O valor da madeira foi fixado pela tabela de preços de mercado, evando-se em consideração os sorfimentos a serem obtidos nos desbastes (cortes sistemático-seletivo e corte seletivo) e no corte final da floresta; e) Diferenciamento de culturas agrícolas, as florestas não possuem sistemas de produção fixos. Cada povoamento exige um manejo específico, que envolve tratamentos variados como desbastes de diferentes tipos, interdições e épocas, e variações na idade do corte final. Estes tratamentos variam em função de fatores como: objetivo industrial da produção, qualidade do local (solo, clima), material genético, espaçamento e densidade; f) São determinados os custos das manutenções e do manejo dos reflorestamentos, a partir da implantação até a rotação final 20 (vinte) anos para o gênero Pinus e de 12 (doze) anos até 17 (dezessete) anos para o gênero Eucalyptus; g) Os custos de implantação e manutenção correspondem ao plantio das florestas e aos tratamentos silviculturais, de proteção contra pragas e doenças e das operações de vigilância dos reflorestamentos, nos períodos compreendidos entre os desbastes necessários à formação dos reflorestamentos a até corte final; h) Sobre o valor presente líquido (VPL) foi aplicada a porcentagem do ativo biológico pertencente a Madeireira Thomasi S/A, daqueles ativos biológicos implantados em terras de terceiros, através dos contratos de arrendamento das terras; i) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos anualmente, sob o entendimento de que este intervalo é suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações. Para estas revisões é contratada empresa especializada para emissão dos laudos técnicos. **NOTA 13 – FORNECEDORES**

	Controladora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Fornecedores Nacionais	406.916	538.965	480.145	574.072		
Fornecedores Estrangeiros	440.367	450.733	440.367	450.733		
Total de Fornecedores	847.283	989.698	920.512	1.024.805		

NOTA 14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Banco Bradesco - Veículo (0,91% a.m.)	-	34.483	-	34.483		
Total de Empréstimos e Financiamentos	-	34.483	-	34.483		

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Folha de Pagamento - Matriz	106.118	115.860	108.471	117.780		
Honorários de Diretoria a Pagar	17.275	15.548	57.058	61.768		
INSS a Recolher - Matriz	21.508	23.216	39.760	39.760		
INSS a Recolher - Terceiros	2.172	3.270	2.172	3.270		
INSS Rural a Recolher	10.936	3.878	10.936	3.878		
SENAR - Serv. Nac. de Aprendizagem Rural	2.074	1.743	2.074	1.743		
FGTS a Recolher - Matriz	17.773	18.517	18.533	18.769		
Provisão p/Férias	331.202	312.778	338.162	317.163		
Rescisões Contratuais a Pagar	-	-	280	280		
Pensão Judicial a Pagar	1.091	441	1.091	441		
Sindicato Trabalhadores de U.da Vitória	855	835	855	835		
Total de Obrigações Sociais e Trabalhistas	511.004	496.086	579.170	565.687		

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Circulante						
Provisão p/Imposto de Renda	464.060	209.509	913.536	260.504		
Contribuição Social s/Lucro	180.253	77.583	454.816	123.478		
IRRF s/Folha de Pagamento	23.682	22.755	51.238	48.114		
IRRF s/Prestação de Serviços	523	1.236	873	1.371		
COFINS Retido na Fonte	648	404	648	404		
PIS Retido na Fonte	140	87	140	87		
CSLL Retido na Fonte	216	135	449	225		
INSS Retido s/Prestação de Serviços	943	4.015	943	4.015		
ISS Retido na Fonte	1.179	3.440	1.179	3.440		
PIS a Recolher	5.685	110	5.837	169		
COFINS a Recolher	28.701	514	29.402	784		
Parcelamento Simplificado PGFN - CSLL	7.700	7.700	7.700	7.700		
Parcelamento Simplificado Multa Isolada	-	-	-	8.499		
Parcelamento Simplificado - PIS	52.198	47.083	52.198	47.083		
Total Circulante	765.928	374.571	1.526.751	505.873		
Não Circulante						
PIS a Recolher	1.314	1.314	1.314	1.314		
COFINS a Recolher - Matriz	1.275	1.275	1.275	1.275		
COFINS a Recolher - Curitiba	1.058	1.058	1.058	1.058		
COFINS a Recolher - Filial	320	320	320	320		
Parcelamento Simplificado Multa Isolada	-	-	-	7.083		
Parcelamento Simplificado - PIS	91.348	129.477	91.348	129.477		
Total de Não Circulante	95.315	133.444	95.315	140.527		
Total de Obrigações Tributárias	861.243	508.015	1.622.066	646.400		

NOTA 17 – DIVIDENDOS A PAGAR

	Controladora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Thomasi Participações	747.812	87.300	747.812	87.300		
Nelson Thomasi	107	8	107	8		
Espólio de Antonio R.Thomasi	646.676	47.141	646.676	47.141		
Total de Dividendos a Pagar	1.394.595	134.449	1.394.595	134.449		

NOTA 18 – IMPOSTOS DIFERIDOS Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído ao ativo imobilizado foram registradas impostas de renda e contribuição social diferidas. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis. Os saldos dos impostos diferidos passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são:

	Controladora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Contribuição Social Diferida-AAP	6.449.304	6.947.784	6.449.304	6.947.784		
Contribuição Social Diferida-AVJ	2.321.750	2.501.203	2.321.750	2.501.203		
Imposto de Renda Diferido - AVJ	5.834.371	4.625.623	5.834.371	4.625.623		
Contribuição Social Diferida - AVJ	2.100.373	1.665.224	2.100.373	1.665.224		
Total de Impostos Diferidos	16.705.798	15.739.834	16.705.798	15.739.834		

NOTA 19 – CONTINGÊNCIAS - 19.1 Contingências Prováveis - Para os processos em andamento classificados como risco provável a Companhia constitui provisão para contingência no montante de R\$ 421.530 com base em seu julgamento histórico de perdas prováveis:

	Controladora	2022	2021	Consolidado	2022	2021
Contingências Cíveis	-	-	-	76.736		
Contingências Tributárias	421.530	-	19.586.146	19.586.146		
Total	421.530	-	19.586.146	19.662.882		

a) **Processo nº 12571.000369/2010-15: Compensação indevida de créditos tributários próprios apropriando-se de créditos de PIS e COFINS não-cumulativos decorrentes de entradas vinculadas a exportações, originados de pedidos de ressarcimento referentes ao 3º trimestre de 2005 até 4º trimestre de 2006** Impugnação ao mandado de procedimento fiscal nº 0910400002/24/10 no valor de R\$ 39.803,62 (atualizado em dezembro de 2010), protocolada em 03/01/2011, requerendo a total anulação do crédito tributário exigido. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor atualizado em cobrança em R\$ 81.919,83. b) **Processo nº 10940.720.526/2011-12: Ressarcimento de créditos de PIS não-cumulativo do 3º trimestre de 2005, no valor de R\$ 27.095,17 (em dezembro de 2010)** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor de R\$ 447,78, por isso apresentada manifestação de incomformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de PIS não-cumulativo do 3º trimestre de 2005. De cisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor atualizado em cobrança em R\$ 10.599,55. c) **Processo nº 10940.720.524/2011-16: Ressarcimento de créditos de PIS não-cumulativo do 4º trimestre de 2005, no valor de R\$ 18.908,23 (em dezembro de 2010)** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor de R\$ 3.748,08, por isso apresentada manifestação de incomformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de PIS não-cumulativo do 4º trimestre de 2005. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor atualizado em cobrança em R\$ 6.114,84. d) **Processo nº 10940.720.512/2011-91: Ressarcimento de créditos de PIS não-cumulativo do 1º trimestre de 2006, no valor de R\$ 17.300,29 (em dezembro de 2010)** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor de R\$ 1.720,40, por isso apresentada manifestação de incomformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de PIS não-cumulativo do 1º trimestre de 2006. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor atualizado em cobrança em R\$ 6.003,03. e) **Processo nº 10940.720.518/2011-68: Ressarcimento de créditos de PIS não-cumulativo do 2º trimestre de 2006, no valor de R\$ 12.239,38 (em dezembro de 2010)** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor de R\$ 1.940,35, por isso apresentada manifestação de incomformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de PIS não-cumulativo do 2º trimestre de 2006. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor atualizado em cobrança em R\$ 2.332,34. f) **Processo nº 10940.720.515/2011-24: Ressarcimento de créditos de PIS não-cumulativo do 3º trimestre de 2006, no valor de R\$ 25.876,52 (em dezembro de 2010)** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor de R\$ 1.720,40, por isso apresentada manifestação de incomformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de PIS não-cumulativo do 3º trimestre de 2006. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor atualizado em cobrança em R\$ 2.805,33. g) **Processo nº 10940.720.513/2011-35: Ressarcimento de créditos de PIS não-cumulativo do 4º trimestre de 2006, no valor de R\$ 22.303,17 (em dezembro de 2010)** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor de R\$ 1.144,97, por isso apresentada manifestação de incomformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de PIS não-cumulativo do 4º trimestre de 2006. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor atualizado em cobrança em R\$ 1.856,11. h) **Processo nº 12571.000327/2010-76: Ressarcimento de créditos de COFINS não-cumulativo do 3º trimestre de 2005 no valor de R\$ 127.589,30 (em dezembro de 2010)** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor R\$ 29.696,55, por isso apresentada manifestação de incomformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de COFINS não-cumulativo do 3º trimestre de 2005. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor em R\$ 28.340,16. i) **Processo nº 10940.720.028/2011-61: Ressarcimento de créditos de COFINS não-cumulativo do 1º trimestre de 2006 no valor de R\$ 79.686,16 (em dezembro de 2010)** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor R\$ 16.406,83, por isso apresentada manifestação de incomformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de COFINS não-cumulativo do 1º trimestre de 2006. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor em R\$ 13.691,74. m) **Processo nº 10940.720.524/2011-15: Ressarcimento de créditos de COFINS não-cumulativo do 4º trimestre de 2006 no valor de R\$ 102.729,72 (em dezembro de 2010)** Requerimento deferido parcialmente com glosa no valor R\$ 5.273,80, por isso apresentada manifestação de incomformidade a fim de que seja reconhecido o direito ao crédito de COFINS não-cumulativo do 3º trimestre de 2006. Decisão contrária ao reclamo da empresa o que justificou o protocolo de recurso voluntário. Valor em R\$ 9.179,08. n) **Processo nº 12571.720070/2015-87: Auto de Infração sobre multa em razão da não homologação de compensação Trata-se de impugnação aos autos de nº 0910400.2015.00555, protocolada em 23/09/2015, no qual consta o lançamento de crédito tributário, no valor de R\$ 49.944,33, sobre multa em razão da não homologação de compensação. Valor em R\$ 79.875,96. o) **Processo nº 10940.900517/2019-52: Ressarcimento do crédito de Reintegra referente ao 4º trimestre de 2017** Manifestação de Incomformidade, protocolada em 19/10/2019, a fim de que seja reconhecido o direito ao ressarcimento do crédito de Reintegra, referente ao 1º trimestre de 2017, no valor de R\$ 75.994,96 (sem atualizações). p) **Processo nº 10940904.699/2018-50: Ressarcimento do crédito de Reintegra referente ao 4º trimestre de 2017, no valor de R\$ 48.253,97 (sem atualizações)** Parte do crédito não foi reconhecido (valor de R\$ 17.266,53), razão pela qual foi apresentada manifesta-**

ção de incomformidade, protocolada em 26/04/2019, a fim de que seja reconhecido o direito ao ressarcimento do crédito de Reintegra, referente ao 4º trimestre de 2017. q) **Processo nº 10940.90372/2019-01: Ressarcimento do crédito de Reintegra referente ao 3º trimestre de 2017, no valor de R\$ 45.239,81 (sem atualizações)** Parte do crédito não foi reconhecido (valor de R\$ 11.045,71), razão pela qual foi apresentada manifestação de incomformidade, protocolada em 26/08/2019, a fim de que seja reconhecido o direito ao ressarcimento do crédito de Reintegra, referente ao 3º trimestre de 2017. **19.2 Contingências Prováveis Agroesp a) Processo Ambiental IBAMA/SEMA nº 000708-09.2014.4.01.3604 e 5001914-81.2014.4.04.7014** Trata-se de execução fiscal que visa a cobrança de crédito oriundo do ato de infração nº 586.656-D movida pelo IBAMA e pela SEMA. A ação foi julgada improcedente, os assessores jurídicos apresentaram apelação ao Tribunal e foi concedido o efeito suspensivo. A IBAMA recorreu da decisão e foi apresentado contrarrazões. No dia 13 de setembro de 2019 foi protocolada petição informando o descumprimento do efeito suspensivo da apelação. O valor da ação estimativa pelos assessores jurídicos é de R\$ 19.164.615,67 baseando-se na atualização do valor apresentado pelo IBAMA em novembro de 2022 e considerando uma possível condenação em honorários de 2º grau. Para a vigência do ano de 2022 a possibilidade de perda foi alterada para risco provável tendo em vista a recente decisão judicial desfavorável a requerida.

	Base de Cálculo
Valor Corrigido (Dezembro/2022)*	13.887.403
Multa (20%)	2.777.481
Honorários (15%)	2.499.732
Total	19.164.616

*Valor atualizado pela SELIC acumulada mensal (m.a.m.) - calculado pro-rata die. **19.3 Contingências Possíveis A MADEIREIRA THOMASI S.A.** possui as contingências relacionadas abaixo, com classificação de risco possível conforme seus assessores jurídicos, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização: a) **Processo nº 0004854-57.2008.8.24.0052** Em decisão, há prazo para manifestação de Vilmar de Lima visto o reconhecimento do parentesco com o autor. Processo migrado para EPROC. Intimação do Autor para dar prosseguimento no feito. Valor estimado em R\$ 5.000. (2º VC Porto União/SC (João Carlos Franco) b) **Processo nº 0004775-78.2008.8.24.0052** Reconhecida a conexão entre os autos da usucapião, interdito proibitivo e reintegração de posse, em fase de instrução processual. Valor estimado em R\$ 1.000. (2º VC Porto União/SC (João Carlos Franco) c) **Processo nº 000737-83.1998.8.16.0185** Execução Fiscal nº 000737-83.1998.8.16.0185, em trâmite na 3ª Vara de Execuções Fiscais

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C22E-4AC0-AAFB-FB55> ou vá até o site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C22E-4AC0-AAFB-FB55



Hash do Documento

CAFD98ABE52ACFE6666D08DCC04335E51B8AA107E8576A2C1C478866814DD337

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/05/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 26/05/2023 09:14 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30



GOETZE LOBATO ENGENHARIA S/A CNPJ: 89.952.709/0001-09

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e às normas estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, da empresa GOETZE LOBATO ENGENHARIA S/A CNPJ: 89.952.709/0001-09. Agradecemos o apoio recebido e continuamos ao inteiro dispor de V.Sas., em nossa sede social, para quaisquer esclarecimentos relativos às contas prestadas, demonstrações financeiras, parecer dos auditores e notas explicativas. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)					
	2022	2021		2022	2021
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	75	5.905	Fornecedores	11.254	9.835
Contas a Receber de Clientes	71.159	57.276	Instituições Financeiras	26.197	5.989
Participação em Consórcios	8.617	0	Participação em Consórcios	4.360	0
Partes Relacionadas	13.476	0	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.037	4.034
Adiantamentos Concedidos	20.473	15.357	Provisões Sociais e Trabalhistas	5.964	3.537
Dividendos a Receber	5.023	3.881	Adiantamentos Recebidos	23.672	25.251
Tributos a Recuperar	754	3.394	Tributos a Pagar	1.348	2.382
Despesas do Exercício Seguinte	1.306	2.299	Tributos Parcelados	117	196
	120.883	88.112		75.949	51.224
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Contas a Receber de Clientes	54.123	31.959	Instituições Financeiras	2.113	14.903
Partes Relacionadas	25.866	3.443	Partes Relacionadas	0	1.901
Participação em Consórcios	161	0	Participação em Consórcios	8.151	0
Tributos Diferidos	0	9	Obrigações Tributárias	1.301	879
Depósitos Judiciais	194	82	Tributos Diferidos	15.858	5.676
	80.344	35.493	Perdas em Coligadas e Controladas	371	807
ATIVO NÃO CIRCULANTE			Provisões de Contingências	0	219
Investimentos em Coligadas e Controladas	45.500	48.040	Adiantamentos Recebidos	444	1.265
Participação em Consórcios	42	0	Tributos Parcelados	634	750
Imobilizado	4.234	25.033	Outras contas a pagar	2.405	1.344
Intangível	11	14		31.276	27.744
	49.787	73.087	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
TOTAL DO ATIVO	251.014	196.692	Capital Social	58.444	57.894
			Reserva de Lucros	85.345	59.830
				143.789	117.724
			TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	251.014	196.692

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)					
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	57.894	2.259	54.339	-	114.492
Lucro líquido do exercício				13.295	13.295
Destinações:					
Dividendos mínimos obrigatórios				(3.158)	(3.158)
Distribuição de dividendos				(6.905)	(6.905)
Constituição/(Reversão) de Reserva		665	2.567	(3.232)	
Em 31 de dezembro de 2021	57.894	2.924	56.906		117.724
Redução de Capital					
Resultado líquido do exercício				33.463	33.463
Destinações:					
Dividendos mínimos obrigatórios				(7.947)	(7.947)
Distribuição de dividendos					
Adiantamento p/ aumento futuro de capital	550				550
Constituição/(Reversão) de Reserva		1.673	23.842	(25.516)	
Em 31 de dezembro de 2022	58.444	4.597	80.748		143.790

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			NOTAS EXPLICATIVAS		
	2022	2021			
RECEITA BRUTA DE VENDAS	401.518	337.685	<p>1. Informações Gerais A Goetze Lobato Engenharia S.A. foi criada em 1983 com o objetivo de atuar no setor de obras públicas e privadas, respeitando os conceitos de engenharia e visando proporcionar maior competitividade ao mercado, utilizando-se de normas de organização e obediência ao ecossistema. Os principais ramos de atuação são: saneamento, canalização de gás, despoluição e dragagem de rios, construção civil, telecomunicações, redes elétricas, parques eólicos, industriais, portuárias, estradas e, também atuação no setor hidrelétrica. Em 15 de maio de 2018, visando melhor atender aos interesses sociais, os sócios deliberaram e aprovaram a transformação de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 28 de abril de 2023.</p> <p>2. Apresentação das Demonstrações Financeiras 2.1. Declaração de Conformidade As demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto (joint ventures) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.</p> <p>2.2. Base de Apresentação As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.</p> <p>3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas 3.1. Apresentação das demonstrações financeiras As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: 3.1.1. Ajuste a Valor Presente Os saldos apresentados em contas a receber e contas a pagar, apresentam prazo de realização em curto prazo não necessitando serem ajustados a valor presente. 3.2. Resumo das Principais Práticas Contábeis 3.2.1. Apuração do Resultado Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil da competência do exercício, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. 3.2.2. Estimativas Contábeis A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da empresa use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para liquidação de créditos duvidosos, provisão para contingências, entre outras. Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da administração, a liquidação nas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. 3.2.3. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. 3.2.4. Caixa e Equivalentes de Caixa Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo da empresa. 3.2.5. Contas a Receber As contas a receber de clientes e outras são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. - Cálculo do Valor Presente: Quando necessário, será efetuado com base em taxa de juros que reflita o prazo, a moeda e o risco das transações. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber será contra o resultado; - Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosos: é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa quando existe uma evidência objetiva de que a companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Em 2022 e 2021, a companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, por falta de evidências de que a companhia não será capaz de cobrar os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. 3.2.6. Participação em Consórcios As atividades de consórcio não possuem, conforme prescreve a legislação brasileira, capital ou responsabilidade jurídica própria, nem prejudica ou beneficia as partes no que diz respeito às suas próprias personalidades jurídicas, devendo ser considerado tão somente como um acordo através dos quais as partes cooperam, mutuamente, para prestação de serviços. 3.2.7. Investimentos Societários Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição, avaliados método de equivalência patrimonial, conforme o pronunciamento técnico CPC-18 (R2). De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido dessas sociedades, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital é reconhecida como receita (ou despesa) operacional.</p>		
Impostos e taxas sobre vendas	(16.943)	(7.415)			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	384.574	330.271			
Custo de serviços prestados	(345.381)	(311.090)			
LUCRO BRUTO	39.193	19.181			
Despesas Administrativas	(15.545)	(14.379)			
Despesas Comerciais	(4.012)	(4.121)			
Outras receitas (despesas)	20.281	2.026			
DESPESAS OPERACIONAIS	724	(16.475)			
RESULTADO OPERACIONAL	39.917	2.706			
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS	16.607	11.669			
Receitas financeiras	1.144	2.955			
Despesas financeiras	(14.332)	(1.781)			
RESULTADO FINANCEIRO	(13.186)	1.174			
LUCRO ANTES DO IRPJ E CSLL	43.338	15.548			
Imposto de Renda e Contribuição Social	308	(1.403)			
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(10.183)	(850)			
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	33.463	13.295			
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021			
Lucro (Prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	43.338	15.548			
Ajustes por:					
Depreciação/Amortização	(178)	5.534			
Alienação de investimentos e imobilizado	36.633	8.762			
Resultado em investimentos	6.819	0			
Resultado de Equivalência	(16.608)	(11.669)			
	70.004	18.175			
IR e Cs Pagos	308	(1.403)			
(Aumento)/ diminuição nos ativos	(13.884)	(34.323)			
Contas a receber de clientes	(8.820)	55			
Participação em Consórcios	(22.164)	11.611			
Ativos a receber de longo prazo	(5.116)	(13.273)			
Adiantamentos concedidos	2.640	(1.107)			
Impostos a recuperar	(1.142)	(2.657)			
Dividendos recebidos	890	(1.851)			
Outras contas e depósitos judiciais	(47.288)	(42.948)			
Aumento/ (diminuição) nos passivos	1.419	3.586			
Fornecedores e empreiteiros	(1.034)	467			
Impostos e contribuições	(196)	(291)			
Tributos parcelados	(2.400)	12.120			
Adiantamento de clientes	1.852	3.449			
Obrigações previdenciárias	842	529			
Outras contas a pagar	12.074	(1.283)			
Participação em consórcios	12.558	18.577			
	35.274	(6.196)			
(=) Caixa líquido das atividades operacionais	(=) Caixa líquido das atividades operacionais	(=) Caixa líquido das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	2022	2021			
Aquisição (baixa) de investimentos	-	3.903			
Aquisição (baixas) de imobilizado e softwares	(3.325)	(23.432)			
(=) Caixa líquido das atividades de investimentos	(3.325)	(19.529)			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	2022	2021			
Distribuição de dividendos	(7.947)	(10.063)			
Empréstimos e financiamentos, líquidos	7.417	13.267			
Partes relacionadas, líquidos	(37.800)	1.969			
Adiantamento para aumento futuro de capital	550	-			
(=) Caixa líquido das atividades de financiamentos	(37.780)	5.173			
(=) Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	(5.830)	(20.552)			
Caixa no início do período	5.905	26.457			
Caixa no final do período	75	5.905			
(=) Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	(5.830)	(20.552)			
Demonstração dos Resultados Abrangentes (Em milhares de reais)					
	2022	2021			
Resultado do exercício	33.463	13.295			
Resultado abrangentes	-	-			
Resultado abrangente total	33.463	13.295			

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE

GOETZE LOBATO ENGENHARIA S/A CNPJ: 89.952.709/0001-09**continuação das NOTAS EXPLICATIVAS**

Os efeitos dessas movimentações após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. Os investimentos estão representados pelas participações acionárias nas empresas: SLP - Saneamento Litoral do Paraná S.A., Construtora da Aliança Engenharia SPE Ltda., Construtora da Nova Aliança SPE Ltda, Construtora Aliança Confluência SPE Ltda, Goetze Lobato Engenharia – Sucursal Argentina e Goetze Lobato Engenharia – Sucursal Panamá.

3.2.8 Ativo Imobilizado Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência a reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP. O custo inclui gastos que são atribuídos a aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável que é o custo de um ativo ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos sempre que a companhia entender necessário e/ou a legislação indicar eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis ou reconhecimento de ganho (AVJ) ou de perda de recuperabilidade (impairment).

3.2.9 Ativo Intangível Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo e de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.2.10. Depósitos Judiciais Representam os valores já depositados por conta de ordem judicial referente a processos trabalhistas em que a Companhia figura como parte. A Companhia optou por não efetuar a atualização dos depósitos judiciais.

3.2.11. Fornecedores e Outras Contas a Pagar As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.2.12. Empréstimos Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). Os empréstimos, financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

3.2.13. Passivos Contingentes e Provisão para Demandas Judiciais e Administrativas A prática contábil para registro e divulgação de passivos contingentes é a seguinte:

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas foram avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias;

A provisão para demandas judiciais e administrativas, especificamente, está relacionada às questões trabalhistas, fiscais e cíveis e está registrada de acordo com a avaliação de risco efetuada pelos consultores jurídicos e administração da Companhia, inclusive quanto à sua classificação no não circulante.

3.2.14. Demais Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes) Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.2.15 Receita Operacional A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita. A receita de prestação de serviços somente é reconhecida quando os riscos e benefícios decorrentes da transação são transferidos ao contratante, o valor da receita pode ser estimado com segurança e é provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para a Companhia.

A receita de serviços prestados de construção é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados. A Companhia usa o Método de Porcentagem de Conclusão (POC) para determinar o valor a ser reconhecido em cada período. O estágio de execução é medido com base nos custos do contrato incorridos até a data do balanço como uma porcentagem dos custos totais estimados para cada contrato. Os custos incorridos até a data do balanço associados a futuras atividades previstas em um contrato são excluídos dos custos considerados na determinação do estágio de execução. Os custos relacionados a futuras atividades da transação ou do contrato são apresentados como estoques, adiantamentos ou outros ativos, dependendo de sua natureza e da probabilidade desses custos serem recuperados. Se os resultados de um contrato de construção não puderem ser estimados de forma confiável, as receitas desse contrato serão reconhecidas apenas até o limite dos custos incorridos que possam ser recuperados. A Companhia reconhece os custos dos contratos como despesas quando são incorridos.

3.2.16 Receitas Financeiras e Despesas Financeiras A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção e produção de um ativo qualificável são mensuradas no resultado através do método de juros efetivos.

3.2.17 Imposto de Renda e Contribuição Social A tributação sobre o lucro do exercício compreende o imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre lucro líquido ("CSLL"), abrangendo imposto corrente, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. A Companhia é tributada com base no lucro real.

Impostos e Contribuições Diferidos O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 e 32, que trata das diferenças temporárias, base destes impostos. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

3.2.18 Benefícios de Curto Prazo a Empregados Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.2.19 Instrumentos Financeiros

Classificação e Mensuração A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Através do Resultado Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos

para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumento de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e Recebíveis Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de divulgação das demonstrações financeiras (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.2.20 Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 - R2 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa.

3.3 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Julgamentos A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requerem um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Valor justo de Instrumentos Financeiros Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Impostos de Risco A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. **Provisões para Contingências (Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas)** A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Mudanças em Práticas Contábeis a) Novas normas, Interpretações e Alterações com Aplicação Efetiva após 31 de dezembro de 2022 Não há normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

3.4 Gestão de Risco Financeiro

Fatores de Risco Financeiro As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade de dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria de Representação dos Acionistas. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. A Diretoria de Representação dos Acionistas estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2022 e em outros exercícios, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos em aberto. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta o capital circulante líquido positivo de R\$ 44.934 (R\$ 36.888 em 31 de dezembro de 2021).

a) Risco de mercado

i) Risco cambial: A Companhia apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo está exposta ao risco cambial, inclusive pelo reflexo de variações cambiais nos custos dos insumos como aço, cimento etc. que podem incrementar o custo das obras.

ii) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A".

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia para esse fim. Os clientes em sua maioria são órgãos estatais e ou entidades administradas pelo poder público, os créditos são estabelecidos com base em orçamentos pré estabelecidos.

iii) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Controladoria da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais por exemplo, restrições de moeda.

A área de Finanças investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Gestão de Capital Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O índice de alavancagem financeira da Companhia é 1,77 em 31 de dezembro de 2022 (0,11 em 31 de dezembro de 2021).

Estimativa do Valor Justo Pressupõe-se que os saldos das contas a receber dos clientes e contas a pagar dos fornecedores e empreiteiros pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Alexandre Michalak Sendeski
CEO - CPF: 007.153.869-05

Janaína Cássia Ribeiro
Contadora – CRC PR 061910/O-8

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/05/2023

**Aponte a câmera do seu celular para o QR Code
para acessar a página de Publicações Legais no portal do
Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link:
https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais**



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5FB5-9ECD-2538-C2AC> ou vá até o site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5FB5-9ECD-2538-C2AC



Hash do Documento

4323B9AAC0B876BB7AD7491F667FA6E029B88970FFE7A299B1134D1F9E4B8A6A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/05/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 26/05/2023 09:14 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30

